

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.096 - CE (2019/0354258-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : JOSE SILVA RODRIGUES NETO (PRESO)
ADVOGADOS : FRANCISCO MARCELO BRANDAO - CE004239
SÔNIA MARINA CHACON BRANDÃO - CE010728
BRUNO CHACON BRANDÃO - CE025257
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por JOSE SILVA RODRIGUES NETO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (HC n.º 0629384-53.2019.8.06.0000).

Consta dos autos que o Recorrente e outros Acusados foram presos em flagrante, em 10/08/2019 (convertido o flagrante em prisão preventiva no dia posterior), pela suposta prática do crime previsto no art. 155, § 4.º, incisos II e IV, do Código Penal, por ter "*praticado furtos no Centro de Caucaia, sendo presos, logo em seguida, em posse dos objetos subtraídos*" (fl. 13).

Na decisão que converteu a prisão do Recorrente em prisão preventiva, assinalou o Magistrado singular que o Acusado "*possui uma ficha criminal extensa, registrando vários crimes inclusive de furto, conforme espelho em anexo, tendo o mesmo informado que esteve preso e encontra-se em liberdade há aproximadamente dois anos e meio*" (fls. 91-92).

Em audiência realizada no dia 19/08/2019, o Juízo de primeiro grau manteve a prisão preventiva do Recorrente (fls. 102-105).

Impetrado prévio *writ* na origem, pleiteando a conversão da prisão preventiva em prisão domiciliar, a Corte de origem, em 05/11/2019, denegou a ordem, nos termos do acórdão de fls. 144-148.

Daí o presente recurso, no qual o Recorrente alega, inicialmente, a possibilidade de substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar, argumentando, em síntese, ser "*portador de doença grave, necessitando de acompanhamento médico e medicamento controlado*" (fl. 160).

Sustenta, ainda, excesso de prazo na formação da culpa, aduzindo que "*foi preso no dia 10 de agosto de 2019 e até a presente data, ou seja, 18 de novembro de*

2019, o processo não foi julgado" (fl. 161).

Requer, em liminar e no mérito, o provimento do recurso para que seja posto imediatamente em liberdade, determinando-se a expedição do alvará de soltura (fls. 156 e 172).

É o relatório inicial.

Decido o pedido urgente.

De início, verifica-se que a tese de excesso de prazo na formação da culpa não foi apreciado pelo Tribunal *a quo*, o que impede a análise do tema por esta Corte, sob pena de supressão de instância.

Nesse sentido: "[n]ão analisada pelo eg. Tribunal a quo a questão atinente ao alegado excesso de prazo para a formação da culpa, não cabe a esta Corte examinar o tema, sob pena de indevida supressão de instância. Precedentes" (RHC 107.913/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 21/03/2019, DJe 29/03/2019).

De outra parte, quanto à alegação recursal de que o Recorrente é "*portador de doença grave, necessitando de acompanhamento médico e medicamento controlado*" (fl. 160), o Tribunal de origem afirmou, com base no art. 318, inciso II, e parágrafo único, do Código de Processo Penal, e após a análise do acervo probatório acostado aos autos, que (fl. 147; sem grifos no original):

"No caso, retirado do substrato fático disponível, pude verificar que não há documentação apta a comprovar que o paciente esteja extremamente debilitado por motivo de doença grave, porquanto os documentos anexados às p. 112/115 apenas atestam que ele é portador do vírus HIV, fazendo uso de medicamento retroviral, mas nada dizem sobre o seu real estado de saúde.

Demais disso, em consonância com a decisão do juízo a quo em sede de plantão judiciário (vide p. 103), verificou-se que o paciente possui extensa ficha criminal, registrando vários crimes, inclusive, com uma execução penal em andamento, não obstante tenha ele informado que esteve preso e encontra-se em liberdade há aproximadamente dois anos e meio.

Assim, resta controversa a argumentação da impetração no que tange a liberdade de um paciente que possui doença grave, haja vista que, mesmo acometido por esta, continuou a cometer diversos delitos. Tal fato evidencia que a enfermidade não o impede de realizar novas infrações, razão determinante para que seja mantida a segregação do infrator.

Superior Tribunal de Justiça

Conclui-se, portanto, que não se encontram presentes os requisitos exigidos no citado art. 318, inciso II, do CPP, para autorizar a pleiteada substituição da prisão preventiva pelo recolhimento domiciliar."

Anote-se que esta Corte Superior tem entendimento no sentido de que, à luz do disposto no art. 318, inciso II, do Código de Processo Penal, o preso deve comprovar, simultaneamente, o grave estado de saúde em que se encontra e a incompatibilidade entre o tratamento de saúde e o encarceramento, o que, consoante o acórdão recorrido, não se verificou.

A propósito:

"[...]

1. 'A prisão domiciliar é cabível em situações excepcionalíssimas, consoante entendimento jurisprudencial, como no caso de portadores de doença grave, desde que comprovada a impossibilidade da assistência médica no estabelecimento prisional em que se encontra o encarcerado, não logrando êxito a defesa em tal demonstração' (HC n. 380.198/DF, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 16/2/2017, DJe de 24/2/2017).

2. A negativa de prisão domiciliar pelo Tribunal de origem foi lastreada na não comprovação da impossibilidade de tratamento adequado no estabelecimento prisional. Desconstituir tal entendimento demandaria extenso revolvimento de material fático-probatório, inviável na via escolhida. (Precedentes.)

3. Ordem denegada." (HC 524.924/RS, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 15/10/2019, DJe 24/10/2019.)

Assim, o caso não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeira instância, nas quais deverão constar o estágio atual do processo e a situação prisional do Recorrente.

Oficie-se à Corte de origem e ao Juízo de primeiro grau para que informem a senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica requeira a sua utilização.

Superior Tribunal de Justiça

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora